

# **Do Pós-guerra à financeirização da economia**

**Wallas Gomes de Matos<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

### **Resumo**

O período da história econômica recente sob a égide do Tratado de Bretton Woods é normalmente tido como uma fase de supremacia das instituições reguladoras, contudo aparentemente estas regulamentações apresentavam um grau significativo de flexibilidade, sendo a própria conjuntura em que se deu o Tratado marcada por singularidades consideráveis. Não sem motivo o período subsequente é marcado por intensa desregulamentação e financeirização da economia, o que pode demonstrar uma lógica tendencial, não determinística, à ascensão das formas fictícias de riqueza, bem como, a elevação das contradições do sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Bretton Woods, capitalismo contemporâneo, financeirização.

### **Abstract**

The period of recent economic history under the auspices of the Treaty of Bretton Woods is usually seen as a phase of supremacy of regulatory institutions, but apparently these regulations had a significant degree of flexibility, with the very situation in which they gave the Treaty marked by singularities considerable. Not without reason the period is marked by intense deregulation and financialization the economy, which can demonstrate a trend logic, not deterministic, the rise of fictitious wealth forms, as well as the elevation of the contradictions of the capitalist system.

**Keywords:** Bretton Woods, contemporary capitalism, financialization.

## **Introdução**

O período Pós-guerra foi marcado por um significativo crescimento econômico com ampliação dos direitos sociais, principalmente ou talvez tão somente em uma região particular da Europa, com flutuações não generalizantes da economia. Não obstante, em 1974-75, o capitalismo experimentou uma nova grande crise de proporções significativas e generalizantes que constituiu uma guinada importante nas estruturas do sistema econômico e evidenciou o seu caráter inerentemente cíclico, bem como, intensificou-se o processo de financeirização da economia.

Este período foi marcado pelo Tratado de Bretton Woods e a grande crise da década de 1970, que se expressou e reverberou no rompimento de paradigmas no pensamento econômico e político no que tange o papel do Estado e da política econômica.

Dada à complexidade do período em questão, respostas não podem ser elaboradas tão brevemente, contudo a apresentação de questões se torna de vital importância na compreensão do capitalismo contemporâneo, no entendimento de suas nuances e continuidades.

Desta forma este trabalho tem por intuito apresentar algumas questões que por mais que já sejam estudadas merecem ser realçadas, pois são capazes de suscitar inúmeros novos questionamentos.

O ponto de partida é o Tratado de Bretton Woods, onde se analisa sua origem, funcionamento, grau de regulação institucional e por fim sua queda. Em seguida analisa-se de forma extremamente breve o euromercado cujo surgimento é ímpar e atrelado ao funcionamento de Bretton Woods, para, por fim se investigar a nova ou talvez a intensificação de um processo em curso que desemboca numa conjuntura marcada pela intensa financeirização da economia. Já a conclusão priva por suscitar alguns questionamentos relevantes na busca por uma melhor compreensão do capitalismo contemporâneo.

### **Alguns elementos acerca da ascensão e queda do Tratado de Bretton Woods**

Compreende-se geralmente o sistema financeiro apenas como o conjunto de instituições financeiras numa dada economia, que organiza e opera o sistema de pagamentos, bem como aloca os recursos com a finalidade de financiar a atividade econômica. Contudo, o grande objetivo do capitalismo é a acumulação de riqueza, a rigor, valorização do valor, sobretudo na forma monetário-financeira, o que leva a dois desdobramentos, a saber: a) o financiamento da atividade produtiva é um meio e não um fim na economia capitalista; b) o sistema financeiro não se restringe a mero papel de intermediário entre poupadores e demandantes de crédito.

Dito isto, percebe-se a significativa importância do sistema monetário internacional, assim como seu papel na concretização do objetivo do sistema capitalista, ou seja, a acumulação de riqueza. Desta forma, é válido ressaltar que após a Grande Depressão, e graças à destruição (de vidas, de sonhos e de uma massa extraordinária de capital) provocada pela guerra, surgiu um enorme espaço econômico a ser preenchido pelo capital, o que propiciou - num contexto de rivalidade com o “bloco socialista” e de aguçamento da luta de classes - a efêmera vitória no cenário teórico e político dos postulados keynesianos. Assim no Pós-guerra o “mundo” ocidental experimentou significativas taxas de crescimento, com consideráveis transformações nos setores de energia, transporte, comunicação e de tecnologia como um todo.

Nos anos posteriores à segunda-guerra mundial (1939-1945), a ampliação dos direitos sociais, somada à tentativa de atenuação dos efeitos das crises cíclicas do capitalismo, foram os objetivos centrais das políticas econômicas das principais economias mundiais, ou seja, as políticas empreendidas tinham o objetivo explícito de evitar o retorno do colapso econômico nos moldes do que havia ocorrido em 1929, sob inspiração das políticas liberais. A manutenção desses objetivos implicava uma pesada intervenção estatal, cujo intuito era manter a economia em “estado de quase boom”. (CARCANHOLO; BARUCO, 2006, p. 02)

A viabilidade dessas taxas de crescimento não foi criada *em si* pelas políticas keynesianas e de regulamentação, as quais, sem dúvida, tiveram importante papel, mas, sobretudo pelos efeitos da guerra. Foi a guerra que tragicamente (ao custo de milhões de perdas humanas) sanou a crise dos anos 1930 com queima extraordinária de capital (exceto em território norte-americano) e não o *Plano New Deal* etc. *em si* mesmo. Hoje, com o devido distanciamento, é possível afirmar isso com precisão e fidelidade aos fatos. Dentre os autores que compartilham com esta perspectiva, destacam-se Harvey (2013, p. 559) e Holloway (2003).

Ademais, nos momentos finais do período de profunda turbulência e contradição social e econômica das décadas de 1930/40, com as trocas internacionais desestabilizadas, reúnem-se em primeiro de julho de 1944, 700 delegados de 44 países em Bretton Woods, na convenção cujo nome oficial era Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, mas cujo resultado ficou conhecido como Tratado de Bretton Woods. As chamadas nações aliadas, após três décadas de depressão, ruína financeira e guerras mundiais, reúnem-se em uma das mais amplas negociações econômicas da história, buscando fazer o esboço de um plano de criação da nova ordem econômica mundial do Pós-guerra. Participaram das negociações como principal representante britânico, o economista, já consagrado, John Maynard Keynes, que apesar de sua influência enquanto pensador

econômico não pôde superar o poderio estadunidense representado pelo inexpressivo Dexter White. Pois:

La estructura de tal orden monetario internacional tiende a reflejar la influencia de los países capitalistas más poderosos. Su superioridad militar y su control de recursos económicos decisivos – capital, tecnología avanzada, materias primas, acceso a sus propios mercados internos de grandes dimensiones – les permiten influencia sobre otros países. (BLOCK, 1980, p. 15) citação

Mas embora White e Keynes discordassem em alguns pontos, foram eles que forneceram base intelectual às duas instituições criadas no encontro, a saber: o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial). E no mais, com o fim dos acordos na noite de 22 de julho de 1944, construiu-se o arcabouço institucional que: a) foi expressão da maior expansão econômica da história, com crescimento significativo da produção e da renda per capita; b) criou sociedades de consumo em massa – a rigor, esta é uma criação do capitalismo, como demonstrou o historiador Eric Hobsbawm, mas aqui se trata do consumo de massas na particularidade do Pós-guerra: bens duráveis e com auxílio de crédito para as famílias, nos termos de Ernest Mandel (1982); c) benefícios substanciais aos Estados Unidos; e d) possibilitou que em uma geração, a Europa e o Japão pudessem desafiar a supremacia industrial estadunidense. Ou seja, Bretton Woods cumpriu sua função de auxiliar os EUA a se tornarem a grande potência hegemônica, pois esta era a única potência capaz de financiar a reconstrução Pós-guerra. Esta posição resulta de que, em meio à Depressão, os Estados Unidos apenas exportaram deflação e depressão por todo o globo, e daí emergiu com considerável poder econômico e com os demais países dependentes do dólar para sustentar a atividade econômica, além, é claro, de outros aspectos que poderão ser tratados com mais rigor em trabalhos posteriores.

Neste bojo de construção de uma estrutura institucional (sob os interesses maiores dos Estados Unidos), com o intuito de buscar a estabilidade e a flexibilidade monetária para facilitar a retomada do comércio internacional (lê-se, principalmente para os grandes conglomerados norte-americanos), criou-se a instituição multilateral: FMI, cuja autoridade faria com que todos cumprissem as novas regras, evitando que os países se refugassem no protecionismo e na depreciação de suas moedas para ganharem vantagens sobre seus parceiros comerciais. Mas a solução para a desordem monetária repousou mesmo sobre um meio termo entre a adoção de um padrão completo de papel-moeda e um retorno ao padrão-ouro (cuja tentativa foi frustrada no entre-guerras), estabelecendo através do FMI o câmbio fixo ancorado no ouro, mas ajustável mediante uma situação de desequilíbrio fundamental na conta corrente de um determinado país. Ao mesmo tempo possibilitou-se o acesso automático a créditos pelas nações, a partir de um Banco Mundial totalmente dependente de suas emissões de títulos em Wall Street, para financiar a reconstrução da Europa.

É necessário destacar que o câmbio fixo possuía uma flexibilidade de 1% para se adaptar ao mercado livre de moedas, que teoricamente só seria afetado essencialmente pelo saldo comercial de cada país. Tal alteração do câmbio se dava através dos instrumentos do Banco Central que podia intervir para garantir a estabilidade. Contudo caso tal intervenção fosse insuficiente, se recorreria ao FMI que forneceria empréstimos em dólares, ou num caso mais grave, exigiria mudanças na política econômica do país. Por fim, se o país continuasse com câmbio desestabilizado, este poderia, com o aval do FMI, alterar a paridade em até 10% para corrigir o chamado desequilíbrio fundamental.

Entretanto é preciso enfatizar que, antes dos países conseguirem empréstimos do Banco Mundial, estes eram obrigados a fazer parte do FMI e ambas as instituições agiam, no fundo, sob os

interesses estadunidenses. E fato é que a flexibilidade da taxa de câmbio não era um privilégio do qual os Estados Unidos poderiam usufruir, uma vez que, este emitia o meio de pagamento mundial, com taxa de US\$35,00 por onça de ouro. Logo, qualquer alteração afetaria a moeda-base internacional utilizada como reserva (de valor) para transações pelos demais países, o que redundaria em desequilíbrios do balanço de pagamentos, pois os bancos centrais acumulavam dólares para fins de reserva e transações. Por isso, se o dólar não fosse estável e previsível abalaria o estado de confiança nesta moeda, o que causaria pânico no sistema monetário mundial. (MOFFIT, 1984; WACHTEL, 1988)

Internamente, a economia dominante deve estabilizar o valor de sua moeda e registrar baixas taxas de inflação. Do contrário, o sistema perde suas amarras e deriva para a instabilidade especulativa, porque a moeda que lhe serve de âncora deixa de ter um valor previsível. O país possuidor da moeda internacional deve também ter a vontade política de estabelecer e impor seu conjunto de normas. Quando as coisas saem da linha, e um país registra um persistente déficit no balanço de pagamentos, a economia dominante deve estar preparada para assumir os riscos [...]. (WACHTEL, 1988, p. 47)

Assim o único preço efetivamente fixado em Bretton Woods foi o preço do dólar. Na prática as demais moedas passaram a ser cotadas em dólar e como os Estados Unidos possuíam significativas reservas de ouro no Pós-guerra, a estabilidade do sistema foi de certa forma, garantida, num primeiro momento, tendo o ouro como denominador comum. O sistema foi uma amálgama de estabilidade e flexibilidade, no qual paralelamente a administração oficial havia um sistema de taxas de câmbio flutuantes no mercado privado, principalmente em Londres e Nova Iorque. Nestas, as taxas flutuavam a depender da oferta e da demanda por moedas no mundo, as quais dependiam, em última instância, do saldo comercial de cada país.

Não se pode esquecer que cabia, pelo menos em tese, ao FMI o papel de monitorar, salvaguardar e punir os países membros em prol do pleno funcionamento do sistema monetário internacional sob a égide do Tratado de Bretton Woods, o qual também contava, em certa medida, com uma cláusula de controle de capital. Tal cláusula estabelecia, em tese, que os operadores financeiros privados estavam coibidos de movimentar livremente recursos pelo mundo, de forma que os países definiam as atividades de seus setores financeiros, de modo a satisfazer as chamadas necessidades do desenvolvimento econômico (GOWAN, 2003). Entretanto, e é o essencial, é que tais controles, os quais não podem ser valorizados, tampouco subestimados, só foram possíveis enquanto a conjuntura não representasse um obstáculo à acumulação de capital.

As necessidades de reconstrução no pós-guerra eram imensas. Os objetivos de reduzir o desemprego e estimular o crescimento implicavam em fazer a economia funcionar sob elevadas pressões de demanda. Os governos levavam ao limite as consequências para o balanço de pagamentos, colocando os controles perto de um limite de ruptura. (EICHENGREEN, 2000, p.133)

No entanto, os arranjos de Bretton Woods foram insuficientes para prover a recuperação europeia, devido principalmente à escassez de dólares e à parcela desproporcional da capacidade produtiva dos EUA, o que, no seio da Guerra-Fria, resultou no Plano Marshall para garantir a recuperação Pós-guerra. O novo sistema monetário começou a operar somente quando o Plano foi acionado, colocando o dólar como moeda chave no mundo, porque os Estados Unidos passaram a criar moeda internacional ao expandir suas dívidas líquidas para o resto do mundo. O pleno funcionamento dos Acordos se limitava pelo empecilho referente ao descontentamento tanto do Congresso estadunidense, como dos banqueiros de Wall Street, além da incapacidade do Banco

Mundial e do FMI manterem a liquidez do sistema, uma vez que contavam com irrisórios fundos. Assim o Plano Marshall juntamente com a instalação de bases militares mundo afora, com soldados remunerados em dólares, e com a instalação de empresas estadunidenses na Europa etc. se tornaram a grande fonte de dólares e garantidora da liquidez necessária ao funcionamento do novo sistema monetário internacional.

É preciso salientar que a restauração de relações de comércio, abertas e multilaterais, era o grande objetivo do Tratado, que em meio ao período de perturbação encontrava-se inviabilizada. Logo foi dada prioridade ao investimento, com manutenção do crescimento e do pleno emprego, com o intuito de evitar turbulências sociais (EICHENGREEN, 2000).

Nos primeiros anos do padrão dólar-ouro, suas regras foram amplamente benéficas para os Estados Unidos, pois as transferências de dólares para a Europa permitiram a importação de bens e serviços estadunidenses. Este fato gerou nas terras dos ianques saldos comerciais favoráveis, com baixo desemprego e inflação irrisória, além da ascensão das multinacionais que aumentaram o poderio estadunidense. Desta forma, com bases militares por todo o globo, os Estados Unidos consolidam seu poder econômico, bélico e político, erigindo a chamada *Pax Americana*. Contudo já na década de 1950, o sistema de Bretton Woods começa a apresentar contradições. Há uma redução do saldo comercial estadunidense com o término da reconstrução da Europa e do Japão os quais, com uma estrutura industrial nova, alta produtividade, puderam competir com os Estados Unidos. Este, por sua vez, necessitava garantir a paridade do dólar vendendo ouro. Assim, a escassez inicial de dólares (no resto do mundo) se converteu em um excesso de dólares: em 1958, o volume de dólares em mãos estrangeiras ultrapassaram o volume de reservas de ouro do *Fort Knox* e, em 1959, devido a uma corrida especulativa, o estoque de ouro sofreu perdas da ordem de 10%. Desta forma, graças a uma inundação de dólares mundo afora superior ao montante de ouro, advinda dos crescentes déficits da economia estadunidense – que mergulhava num período inflacionário e de perda de competitividade de seus produtos, com substanciais gastos de guerra – tornou impossível honrar-se o lastro do dólar no ouro, pois os EUA, para arcar com os déficits no balanço de pagamentos, emitiam dólares (confirmação de uma dívida do Tesouro) sem se preocupar com uma administração monetária responsável.

Quando os Estados Unidos se recusaram a eliminar os déficits de seu balanço de pagamentos, as decisões monetárias de Bretton Woods transformaram-se em crescente passivo para os europeus e japoneses. A inflação nos Estados Unidos causou a redução no poder aquisitivo do dólar, e, portanto, do valor das reservas europeias de moedas estrangeiras – basicamente dólares. Ainda sob o regime de taxas de câmbio relativamente fixas, os europeus e japoneses eram obrigados a intervir em seus mercados para comprar dólares sempre que especuladores entravam nesses mercados vendendo a moeda americana. O meio para a compra de dólares era a emissão de marcos, ienes ou francos. Na medida em que isso resultou em políticas monetárias excessivamente expansionistas, a situação pendente do dólar tornou-se veículo a exportar a inflação americana para a Europa. Ironicamente o excesso de dólares era investido em Letras do Tesouro, ajudando assim a financiar o déficit orçamentário do Governo americano. (MOFFIT, 1984, p. 31)

Esse novo ambiente, um tanto paradoxal, em que o bem sucedido financiamento da reconstrução europeia diminuiu a repatriação de dólares através das exportações estadunidenses obrigou os Estados Unidos a garantir o sistema de Bretton Woods vendendo ouro. Contudo seu estoque era praticamente fixo e a produção controlada basicamente pela África do Sul e União

Soviética (WACHTEL, 1988), ou seja, o sucesso do sistema criou as condições para que o padrão ouro-dólar e os acordos de Bretton Woods chegassem ao fim<sup>2</sup>. O sistema funcionou dentro de certos limites enquanto a cooperação internacional, dada às mútuas vantagens políticas e econômicas, fluía. Assim o sistema ruíu em uma reunião em Camp David em 1971, com Richard Nixon (na presidência estadunidense entre 1969 e 1974) bloqueando as transações estadunidenses com ouro e impondo uma sobretaxa de 10 por cento sobre importações, a fim de produzir pressão no equilíbrio dos fluxos monetários internacionais e atuar sobre o emprego e o balanço de pagamentos, além de estabelecer controles generalizados sobre preços e salários.

Na semana seguinte (à reunião em Camp David), Nixon anunciou que reduziria os impostos, impor o controle de salários e preços em toda a economia, aplicaria uma sobretaxa de impostos sobre as importações e rescindiria o compromisso de resgatar dólares em troca de ouro. (MORRIS, 2009, p. 56)

Desta forma, Nixon conseguiu frear a inflação e jogar a culpa da recessão dos Estados Unidos nos europeus e japoneses, firmando o poder do dólar e a dependência do mundo em relação aos Estados Unidos, que agora reina sem o seu “concorrente”, o ouro. Com a queda nas taxas de juro, o dólar fluíu dos Estados Unidos para o exterior, em meio à dissipação do excedente comercial e, conseqüentemente levou a deterioração do balanço de pagamentos. Assim num momento de enfraquecimento da demanda europeia e japonesa por dólares, a política de Nixon os forçava a uma maior acumulação de dólares, além de livrar as grandes empresas das pressões sindicais por aumento de salário. Por outro lado, a degradação da moeda desencadeou os aumentos de preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que aumentou o preço do petróleo cru como reação a desvalorização do dólar.

Desta maneira, ao romper com o padrão dólar-ouro os Estados Unidos removeram o ouro (em paridade fixa com o dólar)<sup>3</sup> dos negócios monetários internacionais, então a economia se voltou para o padrão dólar puro, o que forçou ainda mais os países a abandonarem as tentativas de manterem as taxas de câmbio fixas, cujo rompimento se deu em 1973. Outro passo importante de Nixon foi o de assegurar que as relações financeiras internacionais se concentrassem nos operadores financeiros privados através do controle do suprimento internacional de petróleo, o que fortaleceu os bancos privado estadunidenses. Enfim, o governo Nixon deu continuidade e fortaleceu a retirada dos bancos centrais de cena na condução da política monetária, abriu uma grande brecha na supervisão pública das operações financeiras e tornou vulneráveis as taxas de câmbio, mas sem enfraquecer o domínio estadunidense da economia mundial.

---

<sup>2</sup> O professor Robert Triffin, de Yale, percebeu a fragilidade do sistema de Bretton Woods precocemente. Seus apontamentos sobre a questão ficaram conhecidos como o Dilema de Triffin, cuja essência é que os crônicos déficits estadunidenses responsáveis pelo sucesso do sistema carregavam a possibilidade de destruí-lo, uma vez que “[...] os déficits americanos não poderiam servir eternamente como fonte de moeda internacional – enquanto os Estados Unidos mantivessem a ligação entre o dólar e o ouro. Se a ‘hemorragia’ de dólares estancasse, a antiga escassez de dólares retornaria e estrangularia o comércio mundial. Por outro lado, um fluxo constante de dólares dos Estados Unidos para o exterior, criaria um excesso de dólares no exterior, estimulando os governos a demandarem ouro com esses dólares. O estoque de ouro do Tesouro diminuiria, solapando a confiança na capacidade dos Estados Unidos de honrar o lastro de dólar em ouro, levando, portanto, a uma crise monetária internacional.” (MOFFIT, 1984, p. 28).

<sup>3</sup> Tendo este processo como pano de fundo, no Brasil se estabeleceu um grande debate sobre dinheiro e mercadoria-dinheiro ouro, cujos expoentes foram: CORAZZA (1998; 2002), GERMER (1997; 2002), CARCANHOLO (2001; 2002), PRADO (2012).



## O euromercado

Na busca por controlar o fluxo de dólares dos Estados Unidos para o resto do mundo, é criado, em 1963, o Imposto de Equalização dos Juros, o que vai impulsionar a atividade bancária internacional que, assim como a União Soviética e a China, irá aplicar seus dólares em solo europeu, longe das regulamentações dos Estados Unidos. Tal facto fortalece o já existente euromercado<sup>4</sup> e faz surgir o Banco de Consórcio Multinacional, um novo estabelecimento de crédito criado por vários bancos tradicionais e as agências insulares localizadas em paraísos fiscais. Assim, é plausível salientar que a grande motivação para a existência do euromercado adveio do desejo de fugir da regulamentação, pois à medida que se impunham normas ao escoamento do capital privado, o mercado de eurodólares se apresentava e se fortalecia como alternativa que não se limitava a nenhuma fronteira e envolvia transferências intrabancárias e interbancárias.

O euromercado ganhou peso quando o volume de dólares excedeu a procura por produtos estadunidenses, assim dá-se origem a um mercado de empréstimos em eurodólares. Tal sistema funcionava como um banco comum, mas com algumas diferenças, a saber: as contas eram em dólares, porém mantidas fora dos Estados Unidos; os depósitos eram extremamente elevados; e as contas em eurodólares rendiam juros por um processo em que o depositante comprava um certificado de depósito por uma quantia fixa ao qual deveria permanecer imobilizado durante algum tempo para render juros. O seguinte trecho nos mostra com precisão em que consistiam os euromercados, os eudólares:

Ao longo dos anos 1960, houve uma saturação de dólares na Europa e se desenvolveu um mercado de eurodólares, ou depósitos e empréstimos feitos em dólares em bancos fora dos EUA. Por outro lado, a regulamentação restritiva dos EUA sobre seus bancos levou a que estes se instalassem no exterior, escapando, assim, não só destas normas e de seus custos, mas também das reservas obrigatórias e dos gastos com seguro bancário. Desta forma, estes bancos atendiam às necessidades de empréstimos das empresas multinacionais. Além disso, surgiram inovações financeiras que permitiram maior fluidez internacional de recursos. Com isto, a expansão do dinheiro supranacional ficou nas mãos dos bancos privados, sem controle e regulamentação nacional ou internacional, apesar de estes recursos exercerem grande influência sobre a situação econômica interna dos países. (DATHEIN, 2005, p.08)

O euromercado era também utilizado como um mecanismo de captação de recursos - em momentos de altas taxas de juros, como em alguns meses de 1966 - e na reciclagem dos petrodólares, rendas que a OPEP depositara no euromercado, que possibilitaram aos bancos efetuarem empréstimos, muitas vezes, para equilibrar balanços de pagamentos. Os grandes excedentes da OPEP permitiram que o euromercado alcançasse maturidade, contudo os vultosos depósitos necessitavam encontrar um destino que compensasse, já que as multinacionais não tinham capacidade para absorver tais valores, além da recessão (cujo início foi no final dos anos 1960) que agravava a situação. Os países subdesenvolvidos preencheram tal lacuna e se tornaram os grandes receptores dos petrodólares a serem reciclados.

Em 1973 a OPEP quadruplicou o preço do petróleo e como só aceitavam dólares, os países importadores necessitavam desesperadamente de dólares para continuar a comprar o mesmo volume de petróleo, o que de certa maneira restaurou o domínio da moeda estadunidense, cuja política econômica agora poderia ser pensada sem se preocupar em manter o lastro em ouro. Além disso, a

---

<sup>4</sup> Em poucas palavras, mercado de dólares - depósitos e empréstimos, criados no mercado interbancário - fora do território norte-americano, especialmente na praça londrina.

reciclagem dos petrodólares contou com a revolução das comunicações e do processamento de dados, além dos novos condicionantes da economia que geraram uma nova instabilidade estrutural, presente até os dias atuais.

Desta forma, o euromercado transformou a atividade bancária ao unir os mercados financeiros nacionais, criando um mercado mundial de dinheiro, transnacional e virtualmente livre de qualquer ação de governos. Deste modo, com o abandono do controle do fluxo de capitais pelos Estados Unidos, o euromercado, que já era livre dos limites institucionais, cresce ainda mais intensamente com uma política agressiva de empréstimos. Destarte, os eurodólares tornam-se a primeira forma de dinheiro realmente supranacional nas mãos do sistema bancário privado (multinacional) sem obedecer diretamente a qualquer autoridade pública.

### **A nova configuração do capitalismo**

Para uma aproximação do entendimento do atual estágio do capitalismo se faz necessário mais uma breve digressão que por hora irá se concentrar nos processos de liberalização e desregulamentação das finanças, iniciados nas décadas de 1960/70, que permitiram a diversificação dos produtos financeiros e uma intensa financeirização da economia.

Os níveis de crescimento e desenvolvimento do Pós-guerra não puderam ser sustentados e, em parte, se expressaram na incapacidade dos governos em conservar o sistema monetário e financeiro internacional estabelecido em Bretton Woods, em 1944. A derrocada de Bretton Woods se evidencia com o fim da conversibilidade dólar-ouro em 1971, e a desvalorização do dólar rompeu com o regime de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, o que aumentou a competitividade dos Estados Unidos e forçou os demais países a seguirem o mesmo caminho. No âmbito internacional, as relações econômicas desenvolveram-se num clima de insegurança e incerteza, com grandes flutuações das principais divisas nos mercados cambiais. Internamente os países não conseguiam conciliar controle de inflação com manutenção do crescimento econômico, o que expandiu o processo inflacionário pelas práticas monopolistas (ajuste da rentabilidade via preço perante contração da economia e, portanto, da produção), aliado ao efeito do aumento do preço do petróleo. É indubitável que o aumento do preço de uma *commodity* tão importante quanto o petróleo tem impactos significativos na economia, mas esta não foi à causa da crise. Tratou-se, na verdade, da intensificação, em nível monopolista, da contradição fundamental do capitalismo entre produção e consumo, que ao alcançar o seu limite configura-se em superprodução, em capital ocioso e numa anarquia ainda mais voraz da produção.

Como é sabido, após alguns anos de trajetória crescente da economia capitalista, erode a acumulação do Pós-guerra, sendo a crise de 1974/75 a primeira recessão generalizada desde então, cujos primeiros sinais da crise já se manifestavam no final dos anos 1960. Tal recessão foi marcada por quebras nos indicadores do produto e do comércio, com falências, desemprego e, para surpresa dos economistas, a inflação não só se mantém como se acentua durante a recessão. Trata-se de um novo fantasma que assombra a todos, batizado por *estagflação*.

Mesmo com a recuperação em 1976/77, os níveis de desemprego continuaram excessivamente altos com ascensão do processo inflacionário, em meio à queda nos níveis de produtividade. Esta tímida recuperação irá desaguar em uma nova crise em 1980/82, a rigor, um novo momento da mesma crise, cujo início data do final da década de 1960. O período de 1980/82 foi marcado pela impotência dos governos mediante a ineficácia dos instrumentos de política econômica de inspiração keynesiana.

Assim, em tal contexto, os instrumentos de manutenção da demanda efetiva, como o aumento no investimento e a redução das taxas de juros, se tornaram ineficazes devido às dificuldades resultantes da situação de endividamento externo em que se encontravam inúmeros

países e os levavam a políticas de contenção de importações. Desta maneira, nenhum país sozinho poderia se enveredar por políticas expansionistas, o que abriu espaço para uma nova política econômica, em que a solução passaria por uma política de recessão e de acentuação da crise, de modo a eliminar os elementos mais fracos e incapazes do sistema.

Foi o início da “contrarrevolução monetarista”, cujo triunfo fulgurante se traduziu na imposição dos dogmas neoliberais como a ideologia do pensamento único, significando, a este respeito, o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do Estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas. (NUNES, 2012, p. 20)

Assim na nova conjuntura, prega-se a solução para este quadro de estagflação através do rigoroso controle do crédito e da massa monetária, com limitada intervenção estatal a fim de assegurar o livre funcionamento dos mecanismos de mercado e a liberalização e flexibilização dos mercados financeiros e do mercado de trabalho. Desta forma, sai dos bastidores o monetarismo de Milton Friedman e dos demais colaboradores e discípulos. Este se constitui numa teoria da moeda que identifica a inflação como sendo sempre um fenômeno monetário, que ocorre quando a oferta de moeda cresce mais rápido que a necessidade da atividade econômica real. Para esta concepção a oferta de moeda era o resultado da multiplicação do estoque de moeda (dinheiro em forma de moedas e cédulas mais os depósitos a vista) por sua velocidade de circulação, e como Friedman considerou a velocidade mais ou menos constante (para determinado período de tempo), logo a política do governo só deveria se preocupar com o estoque de moeda. Assim o retorno ao crescimento e desenvolvimento deveria passar pelo processo de diminuição da inflação, do poder dos sindicatos e dos déficits públicos, ou seja, ao estabelecer regras rígidas de gestão monetária se restringiriam os impulsos intervencionistas do governo.

Nas circunstâncias atuais a ligação entre os aspectos da inflação e do crescimento consiste fundamentalmente no fato de ambos traduzirem o crescente peso econômico do Estado e a interferência do governo na economia privada. O governo apropria-se de uma parcela cada vez maior dos recursos econômicos, aumenta os impostos, regulamenta e controla a indústria e tudo isso, a meu ver, trouxe consigo a inflação e as baixas taxas de crescimento. A inflação e a estagnação são, portanto, a consequência de uma mesma causa, mas são problemas distintos. (FRIEDMAN: *In*: RIBEIRO & MENDONÇA, 1986, p. 04).

Deste modo, no que tange à política monetária, o monetarismo fixa a taxa de expansão da massa monetária, o que exige o ajustamento da política governamental ao mesmo tempo em que permite grande ou total liberdade aos mercados.

Na prática, do ponto de vista técnico, o monetarismo se revelou bastante difícil de implementar, mas resultados práticos têm pouco a ver com a capacidade de persuasão das ideologias. Enquanto os keynesianos cultuavam o ídolo do tecnocrata quase onisciente, a religião de Friedman cultuava o funcionamento sem entraves do capitalismo de livre mercado. (MORRIS, 2009, p. 65)

Assim para recuperar a lucratividade optou-se por se reduzir os “custos salariais” através do enfraquecimento dos sindicatos e desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, redução dos tributos sobre lucros e desenvolveu-se um processo de reestruturação produtiva<sup>5</sup>. Haja vista que os liberais enxergavam a causa da crise na excessiva expansão monetária após os anos de

---

<sup>5</sup> O processo de Reestruturação Produtiva emergiu a partir da década de 1970 e refere-se aos sucessivos processos de transformação na indústria caracterizados pela desregulamentação e flexibilização das condições de trabalho. Há a substituição do trabalho especializado pelo deslocamento do trabalhador de seu posto conforme as necessidades da empresa, bem como a tentativa de manter a demanda sempre superior a oferta.

1960, principalmente pelos Estados Unidos, com a inflação advinda das ações sindicais que reivindicavam salários superiores às perdas ocasionadas pela inflação. Já o desemprego se devia a ampliação dos direitos sociais consolidados no Pós-guerra, pois com os trabalhadores dispondo de assistência por parte do Estado exigiriam salários excessivamente elevados para vender sua força de trabalho. Logo se percebe neste argumento a natureza voluntária do desemprego. Tais ideias serão incorporadas pelos organismos multilaterais, principalmente o FMI e o BIRD que irão exigir privatizações, abertura comercial e todos os demais tópicos do chamado receituário neoliberal principalmente dos países da periferia do capitalismo.

É nesta orientação que Paul Volcker, nomeado presidente do FED (Federal Reserve) em 1979, durante a presidência de Jimmy Carter (na presidência estadunidense entre 1977 e 1981), adotou controles rigorosos do estoque de moeda, de forma a estabelecer uma meta para a taxa de expansão da massa monetária. Tal ato levou os bancos, em busca de lucros, a criarem novas técnicas financeiras que contornassem as restrições. Volcker selou no governo Reagan (na presidência estadunidense entre 1981 e 1989) o compromisso inflexível dos Estados Unidos com a estabilidade de preços, para alegria de *Wall Street*. Entretanto, em 1980, “o *boom* de aquisições alavancadas e a crise das instituições de poupança e empréstimo – demonstram tanto o poder como as limitações dos mercados” (MORRIS, 2009, p. 74).

Desta forma, o novo liberalismo ou a ideologia neoliberal que prevalece após a crise de 1970 como uma das formas de resposta do capitalismo a sua própria crise, prega o Estado mínimo como uma forma de propiciar o livre funcionamento do mercado. Em essência, é um Estado forte para dismantelar o Estado de bem-estar social. E neste sentido, não há uma redução dos gastos governamentais, mas um redirecionamento destes que passam a se comprometer com o pagamento de juros da dívida pública e com a circulação financeira, uma vez que a valorização do capital excedente ao não conseguir expandir-se na esfera produtiva, teve que buscar outra alternativa, cabendo à valorização financeira esta função. Tal período histórico é marcado, assim, pelo aprofundamento da desregulamentação financeira, abertura e internacionalização das finanças.

Destarte, apesar de não haver a negação explícita do desenvolvimento cíclico da economia, toda a argumentação leva a enxergar a crise como algo novo e acidental, produto dos erros humanos no que se refere à política econômica, à previsão, ao comportamento dos agentes. Nega-se a existência de leis objetivas na economia que determinam o desenvolvimento dos fenômenos econômicos independente da consciência humana. Trata-se na verdade de descrever as expressões da crise na subjetividade dos agentes, ignorando que a crise se origina na própria dinâmica capitalista.

A partir da crise das décadas de 1960/70, o capitalismo ganha novos contornos, e ingressa no decorrer da década de 1980, na mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), marcada pela extrema centralização e concentração do capital e interpenetração das finanças e com um novo sentido e conteúdo da acumulação.

O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado (campo este que podemos também designar como o âmbito que as empresas transnacionais definiram para elaborar suas estratégias “globais”) é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados (e também as formas de mercado) internos, até mesmo nos países mais fortes. A mundialização do capital apresenta-se, portanto como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro

lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior. (CHESNAIS, 1995, p. 06)

Já a expressão mundialização financeira designa:

[...] as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. (CHESNAIS, 1998, p. 12)

O estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (fundos mútuos, fundos de pensão, etc.). Destaca-se que, apesar de a riqueza ser gerada na esfera da produção, é a esfera financeira que comanda cada vez mais a repartição e a destinação social da riqueza, e cujo crescimento supera o investimento e o comércio exterior. Tais finanças se alimentam da inflação do preço dos ativos e das transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, cujo mecanismo mais importante é o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. No ambiente microeconômico, a ascensão do capital financeiro é seguida por formas agressivas e brutais de aumento da produtividade com consequências sobre o nível de emprego. Portanto, esta elaboração não está descartando a esfera da produção, e, portanto, a produção de valor (e de mais-valia), mas expõe como aparece a contradição entre produção e circulação na contemporaneidade.

A integração internacional dos mercados financeiros resulta da liberalização e desregulamentação que permite aos gestores das carteiras de ativos internacionalizarem e interligarem seus negócios financeiros. Contudo, isto não elimina a existência de sistemas financeiros nacionais, apenas os reordena dentro de algumas particularidades, a saber: tem-se um sistema financeiro extremamente hierarquizado, no qual o sistema dos Estados Unidos domina os demais, devido à grande importância do dólar e da suntuosa dimensão dos mercados de ações e de bônus estadunidenses, além da continuidade e aprofundamento do desenvolvimento desigual, mesmo entre os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E finalmente é de grande relevância assinalar que a unidade entre os mercados financeiros são garantidas pelos operadores financeiros e não somente pelas tecnologias que possibilitam de forma concreta a interligação entre as praças financeiras. “Essa interligação nasce das operações que transformam uma virtualidade técnica em fato econômico” (CHESNAIS, 1998, p. 12), pois:

A integração internacional dos mercados financeiros nacionais tornou-se possível a partir de sua abertura regulamentar e de sua interligação em tempo real. Mas o efetivo contexto dessa integração decorre, de forma concreta, das decisões tomadas e das operações efetuadas pelos gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas. (CHESNAIS, 1998, p. 12)

Assim, tal fase de acumulação de um capital especializado em empréstimo se acentua entre 1965 e 1973, tendo como base o mercado de eurodólares, pelo qual as multinacionais estadunidenses depositavam os seus lucros não reinvestidos nos bancos de Londres para fugir das regulações de sua pátria. E a partir de 1974, com a chegada dos petrodólares na City londrina, a massa de dinheiro aumentou fortemente, sendo “reciclado”, sobretudo na forma de empréstimos para os países periféricos, o que redundou devido ao aumento simultâneo das taxas de juro e das taxas de câmbio entre 1979 e 1981 pelos Estados Unidos na crise da dívida do Terceiro Mundo, pois, como é sabido, as somas foram emprestadas a taxas de juros flutuantes, indexadas ao dólar.

Deste modo, a mundialização se apresenta como uma fase específica de um longo processo de constituição do mercado mundial e de internacionalização do capital, primeiro sob a forma

financeira, e em seguida, sob a forma de produção no exterior, com “autonomia”<sup>6</sup> do capital-dinheiro (com seus desdobramentos: capital a juros e capital fictício) em relação ao capital industrial. Nesta nova configuração do sistema econômico, os capitalistas visam extrair o máximo da liberalização e da desregulamentação dos movimentos de capitais, das trocas, do investimento direto estrangeiro e do mercado de força de trabalho. Além disso, como desenvolve François Chesnais, o capital é uma unidade diferenciada que não se globaliza de forma uniforme, desta forma a esfera financeira se sobressai, ao ponto de que no início dos anos 90 do Século passado, a imbricação entre a dimensão produtiva e financeira passa a ser marcada pelo notável aumento da importância das operações puramente financeiras dos grupos industriais. Contudo, os capitais que se valorizam na esfera financeira advêm do setor produtivo, ou seja, a esfera financeira se alimenta da riqueza produzida pelo investimento e pela mobilização da força de trabalho, cuja especificidade se dá pelo seu valor de uso. A integração financeira internacional foi acompanhada pela abertura dos diferentes tipos de mercados e favorecida pela criação de novos produtos financeiros. Além disso, a:

[...] desregulamentação provocou ainda um aumento na concorrência entre as instituições financeiras que, nos anos 1990, assumiu a forma de fusões e aquisições principalmente por parte dos “gigantes americanos”. Além disso, a política de juros elevados dos EUA nos anos 1980 provocou uma forte atração de capitais para esse país “obrigando” os demais países a aderir à desregulamentação para alcançar alguma capacidade de concorrer com as instituições americanas. Deste modo, ampliou-se a escala de entrada de instituições financeiras estrangeiras e o sistema bancário da maioria dos países foi engolido pelos conglomerados financeiros americanos ou europeus (desnacionalização de sistemas bancários). (BATISTA, CAVALCANTI, CORDEIRO, 2011, p.16)

Ao longo de toda a década de 1970, as instituições bancárias se dedicaram a securitização e diversificação para fora, de forma que o Estado paulatinamente minimizava os esforços para supervisionar o cumprimento da lei que regulamentava o sistema financeiro, cedendo cada vez mais aos interesses da liberalização, ou seja:

Como as instituições financeiras estavam autorizadas a captar recursos basicamente por meio de depósitos, a fuga dos mesmos, decorrente dessa conjuntura, levou a um grande número de falências bancárias. Desse modo, como não havia formas de mudar a política macroeconômica de juros elevados, dado o novo cenário econômico, a “saída” foi “criar” uma regulação mais permissiva, ou seja, desregular. A desregulamentação foi impulsionada pelas falências bancárias de modo que fosse permitido aos bancos se adaptar ao novo contexto, possibilitando que operassem de modo mais flexível do que a regulação permitia. (BATISTA, CAVALCANTI, CORDEIRO, 2011, p.15).

Tal processo não pode ser dissociado da formação do mercado de eurodólares e de petrodólares, bem como do fim dos tratados de Bretton Woods em 1971, e da instauração de câmbio flexível em 1973, os quais são fruto da dificuldade de valorização do capital investido no setor produtivo e que, portanto, irá migrar para o setor financeiro a fim de buscar ganhos. Estes processos permitiram o desaparecimento de qualquer ancoragem internacional das moedas e a fuga de qualquer regulação bancário/financeira através de um mercado interbancário.

A desregulamentação e a desintermediação permitem o surgimento de novos produtos e instrumentos financeiros e a existência de derivativos não contabilizados de forma transparente

---

<sup>6</sup> Sempre entendida como autonomia relativa, pois, em última instância, não há circulação, apropriação sem produção de valor.

pelos bancos. A desregulamentação ou liberalização consiste no desmantelamento das barreiras internas às funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, marcada por uma interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais integrados ou subordinados a mercados mundializados. Desta forma, os operadores que comandam as tendências do mercado financeiro determinam o nível das taxas de juros. Mediante taxas de juros móveis e taxas de câmbio voláteis, as inovações financeiras buscam gerenciar essa dupla instabilidade. Já a desintermediação diz respeito à perda de importância da intermediação nos mecanismos de crédito, de forma que os grandes investidores institucionais, a saber, as seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento etc., passam a ter acesso direto e em tempo real aos mercados financeiros de todo o mundo para colocação dos fundos disponíveis e obtenção de crédito. (CHESNAIS, 1996; NUNES, 2012). Entretanto, os países periféricos e as pequenas empresas permanecem à margem dos ganhos da desintermediação.

[...] só os grandes conglomerados transnacionais têm se beneficiado com a baixa dos custos do financiamento direto, porque só eles têm acesso à utilização plena dos novos instrumentos financeiros. À margem dos ganhos do ‘mercado livre’ têm ficado as pequenas e médias empresas (que constituem, na generalidade dos países, a base da estrutura produtiva e do emprego) e têm ficado também os países mais fracos e menos desenvolvidos, muitos deles enleados na teia infernal da dívida externa, uma espécie de ‘prisão perpétua por dívidas’. (NUNES, 2012, p. 27)

Do exposto até este momento, pode-se retirar que a partir da década de 1970 houve mudanças qualitativas no sistema econômico. A acumulação do Pós-guerra e as políticas neoliberais dos governos britânicos e estadunidenses favoreceram e foram funcionais à consolidação da nova era marcada pela mundialização do capital, atrelada à concentração e centralização do capital, em que a esfera financeira se autonomiza de forma relativa (sempre) em busca de lucros. Esta nova dinâmica do sistema capitalista, em que a esfera financeira cresce em um ritmo qualitativa e quantitativamente superior a esfera produtiva, fragiliza (ou seja, elevam-se as contradições do capitalismo) o sistema, o tornando extremamente vulnerável a crises.

Trata-se de um processo qualitativamente novo, em que a chamada financeirização permeia a totalidade da economia: os bancos, os trabalhadores, a indústria, o Estado etc., se financeirizam (LAPAVITSAS, 2009). No entanto, apesar do triunfo ideológico da desregulamentação, o Estado é central para o funcionamento do sistema financeiro contemporâneo, é este que “salva” as finanças durante a crise. E como as empresas passaram a se autofinanciar com seus lucros retidos ou captando no mercado financeiro de forma direta, os bancos perderam espaço a partir da década de 1970 no financiamento de empresas e por isto focaram nas famílias e na intermediação nos mercados financeiros. Assim, o cotidiano dos trabalhadores se financeiriza através dos empréstimos ou através da posse de ativos financeiros, como por exemplo, fundos de pensão, seguros etc.. Desta forma as instituições financeiras buscam novas formas de aumentar a rentabilidade se enveredando pela totalidade da vida social (LAPAVITSAS, 2009). É perceptível que nos cinco anos que antecederam a eclosão da crise financeira, o crescimento do consumo das famílias se descolou da evolução da renda (salários) e se tornou cada vez mais dependente do endividamento, de forma que o consumo e o endividamento das famílias se torna crucial para a perspectiva de crescimento, assim os credores líquidos se apropriam cada vez mais de frações significativas da valorização dos ativos reais e financeiros (MORRIS, 2009).

Tão logo, é possível notar, que as inovações se apresentaram como uma maneira de escapar a falta de liquidez e a recessão que figurava na década de setenta. Este processo, por sua vez, criou às condições, devido à existência de contratos amplamente interconectados com diversos

participantes e segmentos do mercado financeiro, de potencializar o risco de crises sistêmicas, cada vez mais recorrentes. Tem-se como ápice desta tendência a crise do *subprime*, evidenciando todas as contradições do capital no seio do processo de liberalização da economia.

### **Conclusão**

Diante da complexidade da aludida temática as inferências possíveis são as que conduzem a questionamentos que podem ser de significativa relevância para a compreensão do atual estágio do capitalismo. O período corrente é marcado por intensa financeirização da economia, em que tal financeirização através de seus tentáculos alcança praticamente ou completamente a totalidade da vida social, restringindo investimentos produtivos e o raio de manobra do Estado. Tal observação não é uma inverdade, mas também não é suficiente, o capitalismo contemporâneo apresenta maior complexidade, não é apenas vítima da vilania do setor financeiro.

O Tratado de Bretton Woods cuja origem se dá numa conjuntura muito específica, a saber, grosso modo, tem-se a existência de uma massa extraordinária de capital a ser queimada, o socialismo real como alternativa ao capitalismo e o risco sempre presente de conflitos sociais, aparentemente foi marcado por uma grande instabilidade. As regras do Tratado foram burladas desde sua origem, e mesmo a rigidez destas merece estudo mais aprofundado, pois um olhar atento pode indicar uma flexibilidade esquecida por um saudosismo regulacionista. Ademais a funcionalidade do Tratado para salvaguardar e garantir a manutenção do sistema juntamente com a supremacia estadunidense é uma característica que não pode ser subestimada e que certamente é de suma relevância para entendê-lo como uma amalgama de flexibilidade e instabilidade. Afinal não se pode esquecer que é no seio do Tratado de Bretton Woods que se desenvolveu de forma intensa um mercado supranacional de dinheiro baseado nos eurodólares livre de qualquer ação institucional, ou seja, ou é a regulação que forçou uma busca por maior liberdade dos capitais através de canais antes desconhecidos ou de menor peso, ou, a desregulamentação era uma tendência desde o início juntamente com o desenvolvimento necessário (mas não determinístico) do setor financeiro no seio do movimento do capital.

Desta forma, a atual fase do capitalismo é marcada por uma autonomia relativa da esfera financeira, o que eleva as contradições do sistema capitalista. Contudo, aparentemente, tal fase não pode ser considerada uma anomalia, um estado de exceção. Assim este processo parece figurar como a intensificação de uma tendência que o capitalismo apresenta em sua essência, que é a ascensão da riqueza em sua forma mais fictícia. Visto por este ângulo o capitalismo contemporâneo não é a simples continuidade, tampouco o rompimento drástico com o período anterior, seria, pois esta nova fase fruto de inúmeros condicionantes, dentre eles, as circunstâncias que envolveram a fase dita regulamentada que a antecede. Sendo tal aspecto verdadeiro, o combate apenas ao setor financeiro se torna insuficiente, pois a totalidade do sistema econômico deve ser questionada. A vilania do setor financeiro é um fato verídico, mas não é um empecilho ao desenvolvimento do sistema (apesar de ao elevar as contradições o fragilizar), mas resultado deste.

Tais breves notas nada esclarecem, mas podem suscitar questões importantes para se delinear com mais precisão o atual estágio do capitalismo, cuja complexidade é um desafio impar. Desta maneira, esta primeira aproximação buscou criticamente lançar algumas dúvidas para desta forma contribuir com o avanço no entendimento das contradições do modo de produção capitalista.



## **Referências:**

BATISTA, Karla Vanessa. CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando de Moura Bezerra. CORDEIRO, Ariela Diniz. Do fim de Bretton Woods à crise sub-prime: a securitização como solução e causa das crises financeiras. **V Encontro Internacional da associação Keynesiana Brasileira (AKB)**. Sessões ordinárias: economia internacional e finanças. Rio de Janeiro, 2011.

BLOCK, Fred I. **Las Orígenes Del desorden económico internacional**: la política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde la segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. Traducción de Eduardo I. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. C. C. Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal. In: **Anais... Encontro Nacional de Economia Política**, n. 11, Vitória, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo dias. AMARAL, Marisa Silva. O Fenômeno Econômico das Crises Capitalistas nas Perspectivas Marxista e Keynesiana: notas para um debate teórico. In: **XIV Encontro Nacional de economia Política**, 2009, São Paulo, Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009.

CARCANHOLO, R. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, dezembro de 2001, n. 8, p. 26-45.

CARCANHOLO, R. Sobre a natureza do dinheiro em Marx. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, dezembro de 2002, n. 11, p. 33-37.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade**, Campinas, (5): 1-30, dez. 1995.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do capital em geral, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOF, S. (et al.). **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 149-182.

CHESNAIS, F. (Org.) **A mundialização financeira**. Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CINTRA, Marcos. A. M.; CAGNIN, Rafael. F. Euforia e pessimismo: os ciclos de ativos, de crédito e de investimento da economia americana, após 1982. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 79, p. 23-44, 2007a.

CORAZZA, G. Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, dezembro de 1998, n. 3, p. 45-58.

CORAZZA, G. O dinheiro como forma de valor. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, dezembro de 2002, n. 11, p. 28-32.

DATHEIN, R. Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 16, jun. 2005, pp. 51-73.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

EICHENGREEN, B. **Globalização do Capital**. São Paulo: Editora 34, 2000.

GERMER, C. Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 1997, n. 1.

GERMER, C. O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, dezembro de 2002, n. 11, p. 05-27.

- GOWAN, Peter. **A roleta global**. Tradução de Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOLLOWAY, J. *Keynesianismo uma peligrosa ilusión: um aporte al debate de la teoría del cambio social*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.
- LAPAVITSAS, C. **El Capitalismo financiarizado: expansión y crisis**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A grande depressão dos anos 1930 e a crise atual: contrapontos e reflexões**. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois, 2013.
- MOFFIT, Michael. **O dinheiro no mundo: De Bretton Woods à beira da insolvência**. Tradução de Lucas de Azevedo Assunção. Coleção “O mundo hoje”. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- MORRIS, Charles R. **O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito**. Tradução Otacílio Nunes; revisão técnica Marcos Antonio Macedo Cintra. São Paulo: Aracati, 2009.
- NUNES, António José Avelã. **A crise do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. (Coleção Direito dos Europeus; vol. 3).
- PRADO, E. **Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível**. Outubro de 2012. Disponível: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/10/baixar-texto-261.pdf>
- RIBEIRO, N; MENDONÇA, A. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.
- WACHTEL, J. P. **Os mandarins do dinheiro**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.